

ANC-FA

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
044

ANC₃ Questões políticas? Veja o que interessa aos militares.

O anunciado veto militar à candidatura do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) à presidência da Câmara foi desmentido ontem na Marinha, Exército e Aeronáutica, que afastaram qualquer envolvimento dos ministros militares com aquela eleição.

O "veto militar à candidatura de Fernando Lyra" foi considerado por um oficial-general do alto-comando militar como um boato malicioso, que tenta envolver as Forças Armadas com a política partidária, ainda que hoje, o presidente da Câmara tenha também uma função institucional: a de vice-presidente da República de fato.

Alguns militares afirmaram que uma possível eleição de um

vice-presidente, pela Constituinte, é um tema que interessa mais as Forças Armadas do que a eleição do presidente da Câmara. As Forças Armadas preferem, assim, não se envolver com questões que devem ser resolvidas apenas pelas lideranças políticas.

De acordo com a estratégia adotada pelas Forças Armadas, os ministros militares não deverão se pronunciar, este ano, sobre questões partidárias, nem as de caráter político que não se relacionem com as instituições militares: por exemplo, as discussões que ocorrerão na Constituinte sobre a ordem econômica e a ordem social da próxima Constituição.

Não haverá, ainda, de acordo com os mesmos assessores, mani-



Lyra: sem veto.

festações formais (em mensagens, por exemplo) sobre regime de poder ou temas que despertam manifestações na área política e que fatalmente motivarão grandes debates na Constituinte, como as propostas para a adoção do sistema parlamentarista de governo.

Mas o mesmo não ocorrerá, entretanto, com temas que se relacionam com as atividades das Forças Armadas, como o serviço militar, que para os ministros militares deve continuar obrigatório. Para os ministros, se o serviço militar passar a ser voluntário, ficará comprometida a representatividade social de diversos segmentos da sociedade brasileira, hoje ainda existente no serviço. Com relação ao Conselho de Segurança Nacional, os ministros militares preferem que ele não seja extinto pela Constituinte, e admitem que passa a ter maior representatividade, com a participação dos presidentes da Câmara e Senado em suas reuniões, e ainda das principais lideranças do Congresso.

Hélio Contreiras

16 JAN 1987

JORNAL DA TARDE